

Fluxo e Infalibilismo em *Teeteto* 151-160

Anderson de Paula Borges

In this paper I attempt to show why the role of flux in *Theaetetus* 151-160 is exclusively explanatory. I show that Plato uses material from Heraclitus' flux (H) in order to create for Protagoras (P) the best available argument which can grant infallibility. In the first part of the paper I discuss, briefly, some controversies about two problems: how Plato is establishing the connections among the three theses and how he understands flux. In the second part I propose an analysis of 152a-c. On section III I give an explanation of 152c-157c, from the perspective of some passages that, in my view, are sufficient for to get the core meaning of flux in the *Secret Doctrine* and, in the final section (IV), I briefly resume the substantial virtues and defects of Plato's argument for Protagoras.

– I –

No *Teeteto* a hipótese de que *conhecimento é sensação*¹ desenvolve-se em 151-186, na esteira de 36 páginas *Stephanus* que constituem a porção mais extensa do diálogo. Essa seção, *grosso modo*, pode ser subdivida em duas partes: (i) 151e-160e é um capítulo positivo, nomeado por Diès “*partie d'exposition*”²; (ii) 160e-186e é uma seção crítica em que o autor do *Teeteto* desenvolve argumentos contra cada uma das três teses que engendram 151-160.

A primeira das seções mencionadas é um longo e complexo argumento dedicado ao desenvolvimento de uma teoria da sensação. Seu propósito é explicitar os elementos formais que governam a tese de que αἴσθησις e ἐπιστήμη são termos intercambiáveis. No núcleo de 151-160 há uma articulação de três teses, a saber: (T) *Conhecimento não é*

¹ Cf. 151e2-3. Nas citações do grego uso Duke, E. A., Hicken, W. F., Nicoll, W. S. M., Robinson, D. B., and Strachan, J. C. G. (ed.), *Platonis Opera*, vol. I, Oxford, 1995. Todas as traduções colocadas no corpo do texto são minhas.

² Diès, A., *Théétète (Oeuvres Complètes Tome VII)*. Paris, Les Belles Lettres, 1924, p. 130.

outra coisa que sensação; (P) O homem é medida de todas as coisas; (H) Tudo está em processo de mudança.

A relação que Platão propõe para a conexão entre essas teses, em todo o curso de 151-160, ainda está longe de ser consensual na literatura secundária. Nesse texto vou *retomar e aprimorar* a hipótese que Burnyeat sugeriu para explicar essa relação.³ Segundo Burnyeat o conceito de *movimento* (κίνησις) de (H), mais precisamente a doutrina do fluxo da percepção desenvolvida em 152c-157c, tem a função exclusiva de garantir que (T) possa ser fundamentada de um modo que assegure à tese a condição da *incorrigibilidade epistêmica*. Em 151e-160e, Platão articula a tese de que (T) tem uma – e apenas uma – chance de obter essa condição: ela deve ser lida por meio de (P) e esta, por sua vez, só se mantém de pé se for apoiada por (H). A incorrigibilidade epistêmica, segundo esse argumento, consiste numa qualidade dada ao conteúdo da cognição proposta por (T): será um conhecimento não passível de erro ou ajuste, seja quando confrontado com a percepção de outro sujeito, seja quando comparado a algum estado de coisas objetivo. Esse argumento sustenta que a incorrigibilidade não pode ser derivada de (P) ou de (T), no caso em que essas teses são sustentadas separadamente. Ela também não pode ser produto da conjunção de ambas. Portanto, o argumento de Platão no *Teeteto* é a tese de há uma exigência que a epistemologia protagoreana – e por extensão (T) – não pode ignorar: a necessidade de um conceito de κίνησις como princípio básico de qualquer doutrina acerca do conhecimento infalível, como parece ser o caso da doutrina de Protágoras.

Essa hipótese ganhou a adesão de vários *scholars*, em minha opinião, porque ela tem duas vantagens. Primeiro, ela oferece uma alternativa elegante para entender o que Platão quer com o argumento de 151-160. Além disso, quando coloca ênfase na função explanatória do fluxo, Burnyeat engrossa o coro dos que não encontram razão para investigar o envolvimento de Platão com as propriedades específicas da sensação,

³ Burnyeat, Myles, 'Idealism and Greek Philosophy: What Descartes Saw and Berkeley Missed', *Philosophical Review* 91/1, 1982, p. 3-40, aqui p. 6-7; Burnyeat, M., *The Theaetetus of Plato*, Cambridge-Indianapolis, Hackett, 1990, p.10-19. Essa hipótese é antecipada por Sayre, Kenneth, *Plato's Analytic Method*, Chicago-London, UCP, 1969, p. 61-80.

propostas em 152c-157c, e que, como todos notaram, não são refutadas em nenhuma parte do diálogo.⁴

Mas a tese de que a razão da introdução de (H) é a incorrigibilidade epistêmica que esta transfere a (P) e, por consequência, também para (T), não está isenta de problemas. Alguns comentadores do *Teeteto* a criticaram. Em geral as críticas se concentram em dois aspectos. Primeiro, há uma linha que não chega a atacar a ideia básica da hipótese, mas causa preocupação porque sugere que Platão não está bem esclarecido sobre o que pode e o que não pode ser chamado de “fluxo”. Se isso for verdade, será difícil encontrar um argumento imune a fissuras no material de 151-160. Segundo alguns,⁵ no desenvolvimento de 152c-157c, sobretudo em 154b-155c, Platão teria confundido três tipos de mudança que afetam um objeto ou estado de coisas no âmbito da percepção, a saber: (i) mudança relacional, (ii) mudança intrínseca e (iii) coexistência de propriedades contrárias num objeto ou fato. Essa última pode também ser considerada uma subclasse de (i). Platão não teria notado que a primeira espécie só pode ser chamada de mudança com uma qualificação: é uma modificação na relação entre *x* e outro termo, e nunca uma mudança em *x*. Por exemplo, se *x* é maior que *y* e menor que *g*, não há, estritamente, nenhum processo repercutindo na constituição interna de *x*. O que ocorre é uma alteração no estado de coisas que torna as duas sentenças verdadeiras sobre *x*, quando a comparação muda. De outro lado, no problema dos predicados contrários, Platão teria classificado a copresença de opostos como um tipo de mobilismo, o que também não está isento de problemas. Em suma, essa linha de

⁴ Mas, de outro lado, alguns intérpretes acreditam que há partes da doutrina que são aceitas por Platão. Ver Cornford, F. M., *Plato's Theory of Knowledge*, Mineola-NY, Dover, 2003 [1957], p. 29-109; Nakhnikian, George, 'Plato's Theory of Sensation', II, *Review of Metaphysics* 9, 1955-6, p. 306-27; Chappell, Timothy, *Reading Plato's Theaetetus*, Indianapolis-Cambridge, Hackett, 2005, p. 48-149. Sobre essa questão estou de acordo com Kenneth Sayre (*Plato's Late Ontology: A Riddle Resolved*, Parmenides Publishing, 2005), para quem o problema dessa pergunta – *i.e.*, em que medida Platão se compromete com partes da doutrina de 152c-157c – “(..) is that it confuses the question of authorship with the question of acceptance” (p. 214). Platão não precisa detalhar em que extensão aceita partes de um argumento elaborado para exprimir as consequências de uma tese que ele quer discutir se, no fim, ele refutará a premissa principal dessa tese: *que nada é em si F*. Por outro lado não existe nenhum impedimento para que ele adote certos traços dessa descrição em seu conceito de percepção. O ponto, portanto, é simples: adotar ou não a teoria da sensação é irrelevante para o argumento de 151-160.

⁵ Ver Bostock, David, *Plato's Theaetetus*, Oxford, OUP, 1988, p. 45-6.

crítica enfatiza que, incapaz de perceber certas distinções lógicas, Platão foi levado a criar uma “doutrina secreta” em 152c-157c para argumentar que toda mudança, sobretudo as quem caem sob aqueles três tipos, pode ser considerada uma instância de uma doutrina universal do fluxo.

Em minha avaliação a tese de que Platão confundiu as espécies de fluxo é uma hipótese que não encontra suporte na doutrina secreta. Na análise que vou propor dessa doutrina, na parte III desse texto, veremos que não há elementos em 151-160 para afirmar, com convicção, que ele foi tomado por essa confusão.

Mas há outra linha de criticismo, bem mais problemática para a hipótese de Burnyeat. Ela consiste em examinar (T) (P) e (H) como teses auto-suficientes para mostrar que, ou bem o caminho adotado por Platão em 151-160 não é exaustivo, ou ele está assumindo certas hipóteses à revelia daquilo que o Protágoras e o Heráclito históricos teriam proposto. Por exemplo, alega-se que não precisamos da posição protagoreana para ler (T), pois ela pode ser interpretada numa acepção “natural” de αἰσθάνεσθαι, segundo a qual o conhecimento é uma questão de consciência de um objeto ou fato.⁶ Tem-se aí um tipo de epistemologia empirista independente do que Protágoras ou Heráclito podem acrescentar.

O fluxo, por sua vez, pode ser interpretado sob uma perspectiva histórica, em contraste com o fluxo do *Teeteto*. No *Teeteto* o fluxo propõe uma equivalência entre duas teses: (i) *tudo se move* e (ii) *nada é F em si mesmo*. Chamemos isso de “fluxo hardcore”. Há um modo de ler os fragmentos de Heráclito que dá a impressão que a concepção heracliteana sobre o conflito das aparências corrobora apenas o que Platão desenvolve em 152a-c. Nesse argumento Platão lê o dito por um viés relativista não comprometido com aquele fluxo “hardcore”. Em 152a-c o relativismo de Protágoras limita-se a defender, no exemplo da percepção do vento, que as sentenças “o vento é frio” e “o vento não é frio” podem ser, ao mesmo tempo, verdadeiras sobre o vento mediante uma modificação: o vento é frio *para uns* e não é frio *para outros*. Isso se

⁶ Cf. Dancy, R. M, ‘*Theaetetus*’ First Baby: *Theaet.* 151e-160e’, *Philosophical Topics*, Vol 15.2, 1987, 61-108, aqui p. 62-64. Para outras opções ver Lee, Mi-Kyoung, *Epistemology After Protagoras: Responses to Relativism in Plato, Aristotle, And Democritus*. Oxford, OUP, 2005, p. 77-86.

impõe independente de quaisquer propriedades que possam ser acrescentadas pelo argumento do fluxo. Por outro lado, quando nos voltamos para a ontologia que o diálogo atribui a Heráclito e buscamos uma conexão entre essa ontologia e o material conservado nos fragmentos, parece que as coisas se complicam. Vários fragmentos⁷ mostram um Heráclito interessado nos parâmetros *estáveis* do fluxo. Ora, “estabilidade” é justamente a propriedade que o fluxo do *Teeteto* retira de qualquer objeto ou estado de coisas. Visto da perspectiva das teses da doutrina secreta, portanto, o fluxo do *Teeteto* parece ser de um tipo autônomo, apesar de Platão escrever como se estivesse derivando consequências do fragmento do rio (DK, 12). Neste fragmento, aliás, há uma ênfase no λόγος que apreende a *unidade* dos opostos, uma perspectiva claramente ausente da doutrina secreta. Em síntese: o Heráclito histórico parece não apoiar a estratégia de 151-160.

E o que dizer do conteúdo estrito de (P), i. é., a fórmula do dito sem o fluxo? Será que Platão não viu uma limitação em (P) e uma virtude em (H) que corrige esse defeito? Será que essa virtude não está escapando de nossa leitura? De fato, se nos voltarmos para o modo como o texto introduz (P), notamos que a identidade entre *aparência* e *aisthêsis*, a qual se afirma como premissa que apoia toda a linha de interpretação de (P) desenvolvida em 152a-c, tem uma cláusula restritiva: essa identidade vale “ἐν τε θερμῶις καὶ πᾶσι τοῖς τοιούτοις” (152c1-2). Se o autor do *Teeteto* crê que essa cláusula é efetiva, parece claro, então, que ele pensa que ela assegura a validade de (P) somente em tipos de fenômenos perceptivos. Talvez ele acredite que apenas (H) permite anular os efeitos da cláusula para colocar (T) em condições de articular uma epistemologia consequente no campo das técnicas, da ética ou da política. Entretanto, como nos dois outros casos, também aqui não conseguiremos justificar o fluxo na leitura de 152a-c. Existe uma alternativa para (P) que dispensa o fluxo, a saber: o relativismo de (P), exposto em 152a-c, só precisa de uma atitude honesta da parte do intérprete. Trata-se de garantir que na aplicação do dito, em qualquer contexto, sejam fornecidos

⁷ Ver Kirk, Raven, and Schofield, *The Pre-Socratic Philosophers*, Cambridge, CUP, 2007 [1957]), p. 181-212; Vlastos, G., ‘On Heraclitus’, *The American Journal of Philology*, vol 76, 1955, pp. 337-368; Colvin, M., ‘Heraclitean Flux and Unity of Opposites in Plato's *Theaetetus* and *Cratylus*’, *The Classical Quarterly*, 57, 2007, pp. 759-769.

adequadamente os qualificativos “para mim”, “para ele”, etc., tal como o autor do *Teeteto* o fez no exemplo do vento.⁸

Mas será, então, que Platão se equivocou ao julgar a necessidade de (H) na interpretação de (P) e (T)?

– II –

Vou propor que tanto a interpretação que acusa Platão de confundir casos de relação com tipos de fluxo, quanto a que explora inconsistências nas implicações entre as teses, podem ser enfrentadas e superadas se pudermos dar à doutrina secreta uma explicação que afaste a função ociosa do fluxo no argumento. Essa proposta será desenvolvida adiante, na terceira seção desse texto. Na presente seção vou detalhar a estratégia que Platão adota no texto para justificar uma leitura de (T) por meio de (P). Após examinar essa estratégia, vou argumentar que a interpretação que o diálogo oferece de (P), em 152a-c, tem uma deficiência num dos aspectos que a conclusão do argumento alardeia ser seu resultado mais efetivo: o sucesso ao afastar o erro da cognição. Esse defeito é o que explica a introdução de (H).

Segundo o personagem Teeteto, a quem é dada a tarefa de propor (T), “aquele que conhece algo percebe isso que conhece” (ὁ ἐπιστάμενός τι αἰσθάνεσθαι τοῦτο ὃ ἐπίσταται, 151e1-2).⁹ Essa frase poderia ser interpretada como a tese de que quem

⁸ Cf. [(...) ἢ πεισόμεθα τῷ Προταγόρᾳ ὅτι τῷ μὲν ῥιγῶντι ψυχρόν, τῷ δὲ μὴ οὐ;]; ver também 160b8-c2 e Denyer, Nicholas, *Language, Thought and Falsehood in Ancient Greek Philosophy*. London-NY, Routledge, 1991, p. 83-107.

⁹ Há uma dificuldade sobre o alcance do termo “αἴσθησις” em duas porções de 151-186. Como nota Dancy (1987, p. 62-3) a classe do que é cognitivamente apreendido pela sensação em 151d-183c é mais inclusiva do que a de 184-186. Na primeira, tanto as *sensações físicas* como as *opiniões* estão incluídas no campo da percepção, mas na segunda passagem a *aisthesis* é confinada aos processos sensíveis intermediados pelos órgãos dos sentidos e o que escapa desse nível não é percepção. Dancy pensa que isso torna ambíguo o conceito de percepção do diálogo. Em minha opinião essa ambiguidade é proposital. É uma consequência da estratégia adotada por Platão para examinar a tese de Protágoras. No primeiro momento, que se estende de fato de 151d a 183c, o protagoreanismo foi construído – e depois criticado – como uma teoria cognitiva que tem na percepção física um modelo de funcionamento da estrutura cognitiva do homem (ver 152a-c, 154b, 156d, cf. Waterfield, Robin A. H., *Plato: Theaetetus*, London, Penguin Books, 2004 [1987], p.144) e nem tudo o que é cognoscível nessa teoria limita-se ao sensível (não são

conhece “contempla” o objeto conhecido por meio da percepção¹⁰, mas Sócrates não se detém no significado de (T) sem, antes, expor a doutrina de Protágoras, de modo que qualquer informação que possamos retirar do texto para interpretar (T) já estará contaminada por (P). Nem é possível dizer que a frase inicial está isenta disso: 151e2-3 parece expressar uma identidade entre perceber e conhecer. Teeteto diz que, do modo como a questão lhe parece (φαίνεται) ser o caso, “conhecimento *não é outra coisa* que sensação” (οὐκ ἄλλο τί ἐστὶν ἐπιστήμη ἢ αἴσθησις). Se a expressão “οὐκ ἄλλο” tem a força de indicar que não há distinção entre perceber e conhecer, a proposta pode ser lida como a tese de que todo caso de percepção individual é também um caso de conhecimento e sua conversa, a tese de que todo caso de conhecimento é um caso de percepção, embora não seja mencionada aqui, pode ser antecipada, sobretudo se levarmos em conta o argumento de 152c-157c.¹¹ É nessa parte que Platão se dedica a defender um conceito de percepção como via exclusiva de conhecimento.

Assim que o personagem Teeteto exprime a identidade entre conhecer e perceber, Sócrates anuncia que ela “não é uma doutrina trivial” (λόγον οὐ φαῦλον, 151e8, 152d2). Sem oferecer nenhuma digressão preliminar, Sócrates propõe *simpliciter* que a identidade entre ἐπιστήμη e αἴσθησις coincide com a tese de Protágoras, para quem “o homem é a medida de todas as coisas, das que são, *que* elas são, e das *que* não são, *que* elas não são”.¹² A relação entre (T) e (P) não é óbvia, pois o dito não menciona o termo “αἴσθησις”. O que segue é uma proposta do autor do *Teeteto*.

sensíveis e.g. opiniões em 161d-e, concepções de justiça em 171c-172b e os conceitos καλόν e ἀγαθόν em 157d). De outro lado, quando o autor do *Teeteto* desenvolve 184-186, a teoria cognitiva que interpreta Protágoras à luz do fluxo já ficou para trás e com ela o alcance amplo da αἴσθησις. Em 184-186 a αἴσθησις é forçada a assumir um escopo limitado e o problema agora é saber se, nos limites desse escopo, ela ainda tem condições de ser cognitiva de algum modo.

¹⁰ A sugestão é de Bostock, 1988, p. 41.

¹¹ Em minha avaliação a leitura bicondicional de 152b-c é adequada porque é a formalização que melhor se ajusta à proposta de 151-160. O que temos aí é um esforço interpretativo do autor do diálogo para argumentar que percepção é o *definiens* de conhecimento se, e somente se, pudermos demonstrar que toda percepção é uma apreensão infalível do ser de qualquer objeto ou fato. No corpo do texto, mais adiante, vou argumentar dessa perspectiva. Burnyeat parece indeciso sobre isso (1990, p. 10-11).

¹² 152a2-5 [πάντων χρημάτων μέτρον ἄνθρωπον εἶναι, τῶν μὲν ὄντων ὡς ἔστι, τῶν δὲ μὴ ὄντων ὡς οὐκ ἔστιν]. Cf. DK , 80 B1; Sexto Empírico, *Adversus Mathematicos*, VII 60; Diógenes

A primeira explicitação dada à tese do *homo-mensura* – distinta da que será introduzida na chamada “doutrina secreta”, a partir de 152c – dá a Protágoras uma tese bem prática para a resolução do problema do conflito de percepções. Em 152b-c é examinado um caso comum de conflito na experiência com a temperatura: o vento é *F* (frio) para uns e *não-F* (não-frio) para outros. Segundo a leitura do autor do *Teeteto*, Protágoras ignora a perspectiva objetiva que qualquer um pode atribuir ao vento em si, na experiência ordinária, e adota uma perspectiva relativista privada: o estado de coisas da percepção de alguém é *suficiente* para garantir a verdade do juízo emitido por essa pessoa.¹³ Trata-se de afirmar que *x é F para* alguém se, e somente se, o sujeito percebe *que x é F* em sua experiência.

Somos tentados a pensar que o fundamento desse relativismo é a identificação do conteúdo do que se percebe com o conteúdo do que se conhece, ou a identificação dos traços essenciais de um objeto conhecido com os aspectos do objeto percebido. Em um sentido é isso, mas é importante notar que o argumento propõe uma convergência entre três conceitos, *conhecimento*, *percepção* e *aparência*, e essa convergência não é argumentada a contento em 152b-c.¹⁴ O conceito de aparência (φαντασία) é concebido como um pensamento proposicional¹⁵ cuja formulação pode ser: *x aparece F para a* se, e somente se, *a percebe que x é F*.¹⁶ Os verbos ‘sentir’ e ‘aparecer’ são considerados

Laércio, *Vidas*, IX 51, Platão, *Crátilo*, 385e-386a. No dito protagoreano “ὅς” pode significar “que” ou “como”. Numa primeira leitura, essa diferença tende a modificar o sentido da tese: “que são” ou “que não são” sugere que o indivíduo apreende as coisas em sua constituição essencial, em si mesmas, ao passo que as formas “como são” e “como não são” chamam atenção para o modo subjetivo como o indivíduo as capta. A introdução do fluxo a partir de 152c modifica o dito e torna irrelevante essa diferença (cf. Chappell, 2005, p. 58).

¹³ Estou assumindo que Platão interpreta a doutrina protagoreana como uma tese sobre a *verdade dos juízos perceptivos*, mas isso não está explícito ainda em 152b-c. Posso dizer “o vento me *parece* frio” sem querer disputar se ele está ou não está frio. A partir de 160e o dito é lido com ênfase na veracidade da aparência nas opiniões, cf. 161d2-3: “εἰ γὰρ δὴ ἐκάστῳ ἀληθὲς ἔσται ὃ ἂν δι’ αἰσθήσεως δοξάζῃ”.

¹⁴ Ver Bostock, 1988, p.42.

¹⁵ Não é uma interpretação evidente de αἰσθάνεσθαι, pois normalmente a esse verbo se segue um termo simples, isto é, “eu percebo o frio” é mais natural do que “eu percebo *que* está frio”. Para uma defesa da leitura proposicional da percepção em *Teeteto* 152b-c ver Dancy, 1987, p. 64 c/ notas 10-16; Bostock, 1988, p. 41-44.

¹⁶ Ver Bostock, 1988, p. 42, Burnyeat, 1990, p. 11.

aqui intercambiáveis, como mostra a afirmação de Sócrates em 152b11: “φαίνεται αἰσθάνεσθαι ἔστιν.” Essa *suficiência* da aparência na cognição depende da afirmação de que o único κριτέριον (cf. 160c8, 178c1) das coisas que *são ou que não são* é o indivíduo. Esse critério permite a rápida passagem de (T) para (P), pois dá a Sócrates condições de explorar a percepção sob a perspectiva estrita da sensação particular de um sujeito, embora o estado do argumento, nesse ponto, esteja bem distante de uma explicitação adequada dessa conexão.¹⁷

O que ainda não foi demonstrado é como a percepção pode ser admitida como um processo cognitivo livre de erro.¹⁸ Num primeiro momento, porém, parece que o diálogo propõe que esse é o caso já em 152a-c, pois quando Sócrates conclui esse argumento ele diz: “percepção, portanto, é sempre do que é e é infalível, sendo tal como o conhecimento” (αἴσθησις ἄρα τοῦ ὄντος αἰεὶ ἔστιν καὶ ἀψευδὲς ὡς ἐπιστήμη οὐσα, 152c5-6). Essa sentença tem um papel fundamental no diálogo porque, em minha leitura, ela anuncia a propriedade que o fluxo vai ajudar a construir para (P) em 152c-

¹⁷ Eu compreendo as teses desenvolvidas no *Teeteto* sob a pena de Platão como formulações platônicas do protagoreanismo, nos moldes do que Aristóteles fez em *Metafísica*, Γ 5-6 (sob influência do *Teeteto*, como é evidente) e distingo essas formulações de uma reconstrução histórica da filosofia de Protágoras (490-421 a.C.). Essa reconstrução, quando pretende ir além do testemunho indireto das fontes, deita-se sobre um material precário que dá margem a muita especulação (ver Lee, 2005, p. 12-29, Woodruff, P., ‘Retórica e Relativismo: Protágoras e Górgias’, in Long, A. A. (org.), *Primórdios da Filosofia Grega*. Aparecida, Ideias & Letras, 2008, p. 365-388, aqui 367). Talvez por isso os comentadores não disputem o fato que o autor do *Teeteto* dá ao pensamento de Protágoras uma análise num contexto dialético. O dito é interpretado da perspectiva que parece mais plausível aos personagens do *Teeteto* (cf. Οὐκοῦν οὕτω πως λέγει (152a6) e ἐπακολουθήσωμεν οὖν αὐτῷ, 152b1). Para Mi-Kyoung Lee (2005, *Introduction*) a conexão entre *percepção* e *pensamento* foi parte de uma estratégia de defesa de um “scepticism” comum em vários representantes da sofística do século V a.C. Quanto ao fundo histórico da relação entre Protágoras e o fluxo, também estamos em terreno especulativo. Em suas *Hipótiposes Pirrônicas* (H, I, 218) Sexto Empírico diz que Protágoras defendeu que *a matéria está em fluxo* (τὴν ὅλην ῥευστὴν εἶναι), mas talvez ele tenha sido levado a essa interpretação pelo próprio *Teeteto* (cf. Cornford, 2003, p. 38; Lee, 2005, p. 23 c/ n. 26.) e o pior é que, se de fato sua fonte é esta, sua interpretação do fluxo está equivocada, pois não é claro, em nenhuma parte da doutrina secreta, que o mobilismo do *processo* de percepção penetra na constituição interna dos *objetos* da percepção. Contra a conexão histórica entre Protágoras e Heráclito ver Dancy, 1987, p. 98, n.7.

¹⁸ Talvez o principal mérito da primeira formulação de (P), em 152b-c, está no fato que a introdução do dito até aqui forneceu três tipos de itens à constituição da definição de *Teeteto*: (1) itens perceptíveis como o ‘vento’; (2) propriedades perceptíveis como ‘frio’, ‘não-frio’; (3) indivíduos percipientes como ‘um homem’.

157c. Penso que há duas formas de interpretar essa sentença. Podemos ler em 152c5-6 a tese de que o conhecimento tem dois atributos: (i) “infalível ou incorrigível” (ἀψευδής) e (ii) “é sempre do que é” (τοῦ ὄντος ἀεί ἐστιν).¹⁹ Essa interpretação sugere que “infalível” e “é sempre do que é” são notas da doutrina platônica do conhecimento, normalmente expressas nos diálogos quando o aspecto estável da *F^{dade}* é defendido enquanto objeto próprio da cognição ou como um tipo de nominalização para a essência de algo. A infalibilidade epistêmica, conforme essa leitura, é uma qualidade da cognição que o sujeito obtém por meio de uma apreensão absolutamente irretocável do ser de alguma coisa. Platão estaria argumentando, em 152c, que se (T) + (P) forem oferecidas como candidatas ao conhecimento, terão que demonstrar que sua conjunção obtém esses dois atributos: *trata do ser* e o faz de modo *infalível*. A associação com Protágoras parece cumprir essa proposta.²⁰

Essa interpretação, em minha opinião, é bem atraente. Ela coloca o conceito de ἐπιστήμη discutido no *Teeteto* no horizonte da concepção platônica de ἐπιστήμη, um movimento que não é sem consequências numa interpretação promissora dos três grandes núcleos do diálogo.²¹ Todavia, penso que a defesa dessa leitura exige, necessariamente, que se encontre no texto do *Teeteto* argumentos explícitos que suportem a tese de que ἐπιστήμη é uma cognição infalível – ou muito eficiente – de objetos e fatos. É possível ler a segunda parte do diálogo sob a perspectiva da busca desse conceito eficiente de saber, mas a demonstração do ponto, no escopo desse artigo, está fora de questão.

Há uma alternativa, entretanto, que tem duas vantagens adicionais: (i) não nos obriga a articular a infalibilidade com argumentos do *Fédon* e da *República* e (ii) não é incompatível com o infalibilismo epistêmico de Platão. Podemos considerar que o

¹⁹Cf. Cornford, 2003, p. 32; Gerson, L. P., *Knowing Persons: a study in Plato*. Oxford & New York, OUP, 2003, p. 197ss.

²⁰ Sobre a infalibilidade ver *República* 477b, *Timeu* 51d-e e *Anal. Post*, 71b9-16. Em *República* 477e6-7 Platão usa o termo “ἀναμάρτητον” para designar o conhecimento infalível. Gerson (2003, 197ss) argumenta que não é o mesmo sentido que “ἀψευδής” tem em 152c5-6, mas não considero seu argumento convincente. Em *Teeteto* 200e4-5 Platão usa ἀναμάρτητον com a mesma acepção que o termo tem em *República* 477e.

²¹ São as seções: (1) 151d-187a, (2) 187b-201c e (3) 201d-210d.

sujeito da frase de 152c5-6 é a percepção e os atributos “infalível” e “é sempre do que é” são seus predicados, mas são predicados derivados do que está sendo expresso na argumentação imediatamente anterior. Nessa linha, a sentença de 152c5-6 é lida como uma reverberação da leitura que acaba de ser dada ao dito, cuja formulação, em 152b1-c7, é: “se alguém percebe alguma coisa como *F*, então ela é *F* para ele.”²² O argumento que ampara essa formulação é a proposta de que Protágoras defende uma identidade entre *aparência* (φαντασία), *percepção* (αἴσθησις) e *ser* (εἶναι).²³ O conceito de aparência nesse argumento deve ser assumido como uma espécie de “consciência” das propriedades sensíveis, formada pela penetração dos dados provenientes da percepção. A tese de Protágoras assevera que a aparência é cognitiva e que não há diferença entre ser, sentir e aparecer, como atesta 152c2-3: “οἷα γὰρ αἰσθάνεται ἕκαστος, τοιαῦτα ἑκάστω καὶ κινδυνεύει εἶναι”.²⁴ Inspirado pela assimilação entre *ser*, *aparência* e *sensação*, sugerida por Protágoras, Sócrates conclui que a percepção é infalível, i.e., ela não engendra nenhum erro na cognição das propriedades percebidas. Mas esse passo, note-se, é surpreendente e novo, pois introduz um discurso sobre o ser e já permite prever que Platão terá que explicitá-lo. Como notou Campbell, trata-se da passagem de um relativismo perceptivo em 152a-c a uma posição ontológica nova: “from relative being (ἑκάστω εἶναι) we argue at once to ‘being’ (αἴσθησις ἄρα τοῦ ὄντος)”.²⁵

É aqui que está o problema de 152a-c. Uma análise mais atenta mostra, facilmente, que nada justificou a introdução de uma propriedade como a infalibilidade no argumento. Protágoras, ou Sócrates em seu nome, teria que provar a conexão entre estas duas teses:

²² Cf. McDowell, J. *Plato: Theaetetus*, Oxford, OUP, 1973, p. 120. Para uma análise mais detalhada ver White, F. C., ‘ὡς ἐπιστήμη οὐσα - A Passage of Some Elegance in the *Theaetetus*’, *Phronesis* 17, 1972, p. 219-226.

²³ Cf. 152c2-3.

²⁴ O *Crátilo* descreve a mesma posição. Sócrates diz que para Protágoras “as coisas que são” (τὰ ὄντα) têm seu ser como algo privado de cada sujeito (cf. 385e5: ἰδίᾳ αὐτῶν ἢ οὐσία εἶναι ἑκάστω). Essa tese é associada com o convencionalismo dos nomes defendido pelo personagem Hermógenes.

²⁵ Campbell, Lewis, *The Theaetetus of Plato: with a Revised Text and English Notes*, 1980 [1883], Oxford, Clarendon, p. 39.

(1) Todas as minhas percepções de x são verdadeiras para mim e todas as suas percepções de x são verdadeiras para você, ainda que eu perceba que x é y e você perceba que x é não- y .

(2) Não há propriedades duráveis em x apreendidas num meio comum, distintas das que percebemos, portanto, nossas percepções são incorrigíveis.

Admitindo-se que (1) é verdadeiro, teríamos um relativismo epistêmico no campo da percepção, mas daí não se segue (2), pois, do fato que o dito protagoreano atribui à experiência sensível uma suficiência na pretensão de verdade dos juízos percebidos, não se pode concluir que não existam *propriedades intrínsecas* nos objetos e fatos percebidos. De outro lado, se há propriedades comuns num campo acessível a observadores diferentes, e se essa percepção comum não é incompatível com a manifestação de percepções *qualitativamente* distintas em cada campo perceptivo individual, então a possibilidade de erro restrita àqueles dados sensíveis percebidos em comum se insinua, ameaçando a garantia da *infalibilidade*. Em minha opinião, trata-se de um dilema que o autor do *Teeteto* está colocando no caminho de uma interpretação plausível da doutrina protagoreana: ou o protagoreanismo é fundamentado com uma ontologia que tem a vantagem de lhe dar suporte para rejeitar qualquer cognição comum – sensível ou não-sensível –, ou ele não conseguirá garantir a conclusão que ele quer, cuja expressão o próprio o autor do *Teeteto* se encarrega de formular bem adiante, no final de 151-160:

Desse modo, minha percepção é verdadeira para mim (ἀληθὴς ἄρα ἐμοὶ ἢ ἐμῇ αἰσθησις) – porque é sempre do meu ser (τῆς γὰρ ἐμῆς οὐσίας ἀεὶ ἐστίν) e, como Protágoras disse, cabe a mim decidir, das coisas que são, que elas são, e das coisas que não são, que elas não são. (160c7-8)

Quando o diálogo introduz o fluxo, muito antes dessa conclusão, a ideia de que o argumento de 152a-c é insuficiente não é sugerida no texto. Tudo se passa como se a passagem do relativismo sensível para a incorrigibilidade da percepção fosse natural para Protágoras. Platão escreve 152a-c como uma descrição muito condensada do núcleo da posição de Protágoras e a doutrina do fluxo terá a função de desnudar esse núcleo, revelando suas propriedades. Na próxima seção ficará evidente por que o autor do *Teeteto* não revela ainda que a posição de Protágoras em 152a-c não está completa.

– III –

Apesar de Platão escrever como se estivesse retratando uma posição histórica de Heráclito, Protágoras, Empédocles, Homero, *inter alios*²⁶, seu interesse no fluxo, no *Teeteto*, é essencialmente de natureza explanatória. Ele usa (H) para projetar o mecanismo de casos específicos de percepção para casos distintos da percepção estrita, mas que envolvem a apreensão de propriedades relacionais e predicados subjetivos análogos aos que são propostos no campo sensível. Platão não segue uma ordem lógica na exposição dessa doutrina. Ele não dispõe primeiro as premissas básicas e só então as consequências. O texto se articula por meio de “estágios”.²⁷ Sob a ótica dessa descrição gradual, o argumento de 152a-c já contém, num sentido, a doutrina enxuta do relativismo protagoreano, a tese de que toda aparência é o caso, porém, em um segundo sentido, 152a-c comporta uma formulação incompleta. Essa seção não prova que toda aparência é uma apreensão incorrigível. A partir de 152c o autor do *Teeteto* cria um argumento para desenvolver esse aspecto e adota a percepção sensível como paradigma cognitivo, o que é feito por meio de uma descrição dos mecanismos do movimento em 153d-160e.²⁸ Em 152c-160e Platão argumenta que Protágoras precisa de uma doutrina geral que modifique a forma como concebemos a relação entre *ser*, *mudança* e *estabilidade*, para que seja garantida a infalibilidade da percepção. Essa nova concepção será introduzida por meio de uma doutrina do fluxo, como veremos abaixo.

A ênfase na infalibilidade como propriedade conquistada pela tese do fluxo é uma interpretação bem estabelecida na perspectiva moderna de leitura do *Teeteto*, pois comentadores como K. Sayre, M. F. Burnyeat e G. Fine²⁹, *inter alios*, já se dedicaram ao tema e identificaram essa característica do argumento de 152c-160e. Entretanto, não

²⁶ Cf. 152e.

²⁷ Cf. Burnyeat, 1990, p. 9; 1982, p. 11-13.

²⁸ Platão cria uma ficção: Protágoras alardeia à multidão o dito sob a forma expressa em 152a-c e aos discípulos, em segredo, detalha os princípios da teoria, cf. 152c8-9 “(...) τοὺς δὲ μαθηταῖς ἐν ἀπορρήτῳ τὴν ἀλήθειαν ἔλεγεν...”

²⁹ Sayre, 1969, p. 61-80; Fine, G. ‘Protagorean Relativism’, in Fine, G., *Plato on Knowledge and Forms*, Oxford, OUP 2003, p.132-159; Burnyeat, 1982, 3-40; 1990, 7-19.

estou de acordo com o modo como alguns intérpretes descrevem a relação lógica entre as teses. Vejo uma hierarquia entre (T), (P) e (H) e não comungo com a interpretação, defendida por Fine, de que há uma relação de interdependência entre elas (Fine, 2003). Para Fine cada tese é, ao mesmo tempo, consequência e suporte da outra: “(...) each of them is committed to and best supported by the others”.³⁰ Penso que isso não é o caso pelas seguintes razões. Antes de tudo, a epistemologia protagoreana, sob a forma desenvolvida no diálogo, depende do uso explanatório do conceito de κίνησις. Esse conceito é um princípio (cf. ἀρχή, 156a3). Na minha leitura, trata-se de um princípio usado por Platão como premissa que garante algumas condições suficientes e necessárias de (P), mas enquanto princípio ele não é apoiado por nenhum aspecto próprio de (P) ou de (T). O fluxo é uma hipótese independente e primitiva. Se isso estiver correto, temos que admitir uma assimetria entre (T) (P) e (H).³¹

Para garantir a coerência da interpretação de (P) que foi proposta em 152a-c, o diálogo sustenta que é preciso defender (H). Esse passo é dado quando o texto introduz a chamada “doutrina secreta”, um conjunto de teses sobre um fluxo universal. A doutrina secreta consiste numa defesa da hipótese de que as propriedades apreendidas na percepção não são instâncias de itens duráveis e objetivos em si, mas qualidades produzidas por uma relação (πρός τι, cf. 160b-c) que o fato da percepção estabelece entre órgãos sensíveis e objetos percebidos. A percepção é concebida aí como uma

³⁰ Fine, 2003, p.135, n. 10

³¹ Minha visão sobre o relacionamento de (T), (P) e (H) tem bastante similaridade com a proposta de Lee, Mi-Kyoung, ‘The Secret Doctrine: Plato’s Defence of Protagoras in the *Theaetetus*’, *OSAP* 19, 2000, pp. 47-86. Entretanto, ela diz que a doutrina secreta “is a bunch of slogans loosely strung together” (p. 57). Receio que esse vaticínio seja muito duro (note-se que ela parece ter uma visão mais favorável em Lee, 2005, p. 77-117). É possível uma leitura mais caridosa, concentrando-se nos conceitos gerais da doutrina (percipiente, propriedades percebidas, objetos sensíveis, tipos de movimento – local e qualitativo, entre outros). A própria Lee admite uma coerência na proposta da doutrina secreta enquanto suporte para o relativismo protagoreano (ver 2000, 60-82). Numa avaliação sumária da teoria, penso que o texto exprime em 152c-157c várias sentenças que repercutem sempre a mesma tese geral e é fácil notar que, tomadas em si, isto é, como sentenças gerais de sustentação do fluxo, elas exprimem uma equivalência entre estabilidade (tudo muda) e objetividade (nada é uma unidade). Essa equivalência é discutível, mas se a aceitarmos provisoriamente, várias passagens da doutrina se tornam compreensíveis e os problemas ficam limitados a um conjunto pequeno de inconsistências. Para alguns exemplos dessas inconsistências, ver Day, 1997.

relação entre uma capacidade interna do sujeito, delimitada pela habilidade natural dos órgãos sensíveis, e uma *potência de agir* que a doutrina atribui aos objetos da percepção. Trata-se de uma relação que vai sendo explicitada aos poucos, por meio da referência constante a quatro conceitos: *percipiente*, *objeto percebido*, *propriedade perceptiva* e *percepção*. Na lógica da doutrina esses conceitos são “produto” de um fato básico e anterior: o encontro entre *percipiente* e *objeto percebido*. Em meio à profusão de detalhes do material descrito em 152c-157c, lemos uma qualificação importante: esse encontro jamais poderá existir se percipiente e objeto percebido não estiveram em contato em algum momento.³² A dualidade da percepção, por sua vez, é tomada como consequência de um princípio geral, ora expresso como a tese de que “tudo se move”, ora como a tese de que “nada é em si uno”. Essas duas teses são intercambiáveis porque a doutrina secreta, explicitamente, assume uma equivalência semântica entre *estabilidade* e *objetividade*.

Na sequência comento algumas passagens que apresentam o que penso ser o núcleo doutrinal de (H). Não vou defender que a doutrina tem diferentes formulações, como fazem alguns comentadores, dividindo o texto em vários estágios. Vou apresentar apenas dois momentos que me parecem representativos. Primeiro, um conjunto de três passagens que introduzem as linhas gerais de (H). Depois, mais dois textos que tratam das categorias de fluxo:

(T1: 152d2-e1) “(...) Não há nada que seja uno em si mesmo, nem se pode denominar corretamente como um sujeito de atribuições ou sob a forma de uma qualificação. Se exprimires algo como grande, também parecerá pequeno; se disser que é pesado, também parecerá leve; e do mesmo modo para tudo, pois nenhum ser é uno, ou algo ou de certo tipo. Do movimento, mudança e mistura de umas com as outras se forma tudo o que dissemos existir, sem que, no entanto, nos expressemos de forma correta, pois nada é ou existe, mas sempre vem a ser.”³³

(T2: 153c8-e2) “(...) Primeiro, quanto aos olhos, o que você chama cor branca não é algo distinto, nem fora dos olhos e nem no interior deles. Você não deve atribuir-lhe nenhum lugar,

³² Cf. 156d5-6: “ἀ οὐκ ἂν ποτε ἐγένετο ἐκατέρου ἐκείνων πρὸς ἄλλο ἐλθόντος.”

³³ [ὡς ἄρα ἐν μὲν αὐτὸ καθ’ αὐτὸ οὐδέν ἐστιν, οὐδ’ ἂν τι προσείποις ὀρθῶς οὐδ’ ὁποιοῦν τι, ἀλλ’ ἐὰν ὡς μέγα προσαγορεύῃς, καὶ σμικρὸν φανείηται, καὶ ἐὰν βαρὺ, κοῦφον, σύμπαντά τε οὕτως, ὡς μηδενὸς ὄντος ἐνὸς μήτε τινὸς μήτε ὁποιοῦν· ἐκ δὲ δὴ φορᾶς τε καὶ κινήσεως καὶ κράσεως πρὸς ἄλληλα γίγνεται πάντα ἃ δὴ φαμεν εἶναι, οὐκ ὀρθῶς προσαγορεύοντες· ἔστι μὲν γὰρ οὐδέποτε οὐδέν, ἀεὶ δὲ γίγνεται.]

pois se o fizer a cor terá uma posição determinada, será estável e não estará em processo de vir-a-ser.”³⁴

(T3: 153e4-154a3): Sigamos o que dissemos há pouco³⁵ e estabeleçamos que nada é algo uno em si mesmo. Nessa linha, entenderemos que o preto, o branco e qualquer outra cor serão gerados da colisão dos olhos com o movimento apropriado. O que dizemos ser determinada cor não será, nem o objeto que colide, nem o que sofre a colisão, mas algo intermediário que se forma entre eles e é peculiar a cada percipiente.³⁶

A sentença inicial em (T1) exprime a tese geral do fluxo: “não há nada que seja uno em si mesmo” (ἐν μὲν αὐτὸ καθ’ αὐτὸ οὐδέν ἐστίν, 152d3). Ela reaparecerá em pelo menos mais três lugares: 153e4-5, 156e8-157a1 e 157a8. Essa sentença exprime o princípio da doutrina secreta. Todas as características da percepção são consideradas efeitos da *causalidade* desse princípio. Depois disso, (T1) enfatiza duas categorias da linguagem ordinária que devem ser descartadas da descrição dos eventos sensíveis: (i) não podemos descrever como durável um “item-sujeito” (τι) e (ii) não podemos descrever como durável uma “qualidade-predicado” (ὅποιονοῦν τι).³⁷ Segundo McDowell, temos aqui dois tipos de discurso que alguém pode fazer sobre um tema ou sobre um objeto.³⁸ De um lado, (1) dizer de um objeto que ele é um item específico é responder à questão “o que é?”. De outro, (ii) dizer de um objeto que ele é qualificado de certo modo é dizer “com o que ele se parece”. Ao descartar essas expressões, a doutrina secreta sugere uma mudança na linguagem por meio da qual introduzimos no mundo duas formas de duração: a do *ser* e a da *qualidade*.

Em (T2) e (T3) o texto se concentra no exemplo da percepção da cor. A doutrina secreta afirma que a cor não é o que encontra o movimento (τὸ προσβάλλον, o órgão da

³⁴ [(...) Κατὰ τὰ ὄμματα πρῶτον, ὃ δὴ καλεῖς χρῶμα λευκόν, μὴ εἶναι αὐτὸ ἕτερον τι ἔξω τῶν ὀμμάτων μηδ’ ἐν τοῖς ὀμμασι μηδέ τιν’ αὐτῷ χῶραν ἀποτάξης· ἤδη γὰρ ἂν εἴη τε δήπου ἐν τάξει καὶ μένον καὶ οὐκ ἂν ἐν γενέσει γίγνοιτο.]

³⁵ A referência é a 152c-153d, especificamente à tese geral de 152d2-3: “ἐν μὲν αὐτὸ καθ’ αὐτὸ οὐδέν ἐστίν”

³⁶ [Ἐπώμεθα τῷ ἄρτι λόγῳ, μηδὲν αὐτὸ καθ’ αὐτὸ ἐν ὃν τιθέντες· καὶ ἐμῖν οὕτω μέλαν τε καὶ λευκὸν καὶ ὅτιοῦν ἄλλο χρῶμα ἐκ τῆς προσβολῆς τῶν ὀμμάτων πρὸς τὴν προσήκουσαν φορὰν φανείηται γεγενημένον, καὶ ὃ δὴ ἕκαστον εἶναί φημεν χρῶμα οὔτε τὸ προσβάλλον οὔτε τὸ προσβαλλόμενον ἔσται, ἀλλὰ μεταξύ τι ἐκάστω ἴδιον γεγενός.]

³⁷ Cf. 152d4 [οὐδ’ ἂν τι προσείποις ὁρθῶς οὐδ’ ὅποιονοῦν τι]. Ver também 152d6 e 157a2; cf. Sedley, D., *The Midwife of Platonism*, Oxford, OUP, 2004, p. 39.

³⁸ McDowell, 1973, p. 122.

visão) e nem o que é encontrado pelo olho (τὸ προσβαλλόμενον, o objeto sensível).³⁹ A cor é produto do encontro (προσβολή)⁴⁰ dos olhos com a translação proveniente do objeto. Um traço fundamental de (T2) e (T3) é a tese de que a cor está numa condição *intermediária*. Há uma ambiguidade na expressão “algo intermediário” (μεταξύ τι) que tem causado um equívoco na interpretação majoritária dessa passagem. Burnyeat⁴¹ representa essa posição. Ele enfatiza que o texto suporta a tese de que o *branco* não é *inerente* ao objeto e também não é um aspecto que caracteriza o objeto em si mesmo. O branco existe na relação com um observador, entre seu olho e o objeto. É bem claro que o texto afirma que o branco tem uma existência atrelada ao observador e ao impacto da visão do objeto, mas se por “inerente” Burnyeat quer dizer que o branco não está no objeto, o texto não suporta essa interpretação. Nessa passagem é mais natural entendermos μεταξύ como um intermediário em sentido formal,⁴² como no caso em que dizemos, *e.g.*, que uma novela tem uma extensão intermediária entre o romance e o conto. O ponto do texto é que a cor não é “algo em si distinto” (μὴ εἶναι αὐτὸ ἕτερόν τι) e não se deve lhe conceder nenhum local, para que ela não tenha estabilidade. Note-se que o texto não diz que a cor “não está no objeto”, o que implicaria uma tese contra-intuitiva: haveria uma distância real entre o objeto colorido e a cor vista nele. Na perspectiva formal de μεταξύ, em 154a2, essa possibilidade não precisa ser cortejada. Por outro lado, uma cor colada ao objeto não é incompatível com a proposição de que, na percepção, o branco só existe quando se dá o encontro entre o percipiente e o objeto.

³⁹ Algumas opções para a tradução desses termos: Diès (1924) “ce qui rencontre (τὸ προσβάλλον)...ce qui est rencontré...”(τὸ προσβαλλόμενον); Cornford (1957): “... neither the eye which encounters the motion nor the motion which is encountered...”; Narcy, M. (*Théétète*, Paris, Flammarion, 1994) “...ni ce qui heurte ni ce qui est heurté...”; Campbell (1883): “Neither that which strikes, nor that which is struck.”

⁴⁰ De acordo com Bailly, nesse trecho “προσβολή” significa “action de jeter les yeux sur quelque chose.”

⁴¹ Burnyeat, 1990, p. 14.

⁴² Ver a excelente análise de Eck, J. A. van, ‘Moving Like a Stream: Protagoras’ Heracliteanism in Plato’s *Theaetetus*’, OSAP 36, 2009, p. 199-247, aqui 202-4.

Dessa perspectiva, de fato, a cor dura enquanto aquele encontro durar. Nesse sentido, (T2) e (T3) expõem uma instância do que foi proposto em (T1).⁴³

Na sequência, em 154a-155e, o *Teeteto* desenvolve uma discussão sobre o contraste entre propriedades intrínsecas e propriedades relacionais. Os temas tratados nessa seção são conhecidos na literatura do *Teeteto* como “quebra-cabeças”.⁴⁴ Trata-se de um conjunto de passagens que reverberam a diferença entre categorias de mudança (mudança intrínseca e mudança relacional) e a identidade de um objeto. Não vou discuti-las com profundidade por duas razões. Os problemas mais específicos envolvem o cotejo com *Fédon* 102b-103a, pois é preciso verificar como a visão platônica de predicados incompletos se apresenta naquele diálogo e em que medida ela reflete a visão que o autor do *Teeteto* tem deles em 154a-155e.⁴⁵ Mas isso nos levaria muito longe do foco de nosso tema: a função do fluxo em 151-160. De outro lado, não acredito que 154a-155e introduza algum elemento novo na tese do fluxo. Há uma celeuma sobre esses textos na literatura do diálogo, em minha opinião exagerada. Quando obtemos uma compreensão adequada e unitária de toda a seção, vários problemas desaparecem.

Penso que em 154a-155e não há, como se ventila em algumas análises⁴⁶, uma confusão do autor do *Teeteto* entre fluxo e predicação relacional. Os exemplos mencionados em 154a-155e tratam do contraste entre um objeto que, de um lado, não sofre mudança intrínseca e, de outro, em confronto com diferentes situações, sofre o que hoje chamamos “mudança de Cambridge”.⁴⁷ Um dos exemplos mencionados no texto trata do tamanho de Sócrates. A estatura de Sócrates não se altera na fase adulta, mas quando comparada à estatura de Teeteto, temos dois casos: Sócrates é agora *maior que* Teeteto, que tem 16 anos, e será depois *menor que* Teeteto, quando o jovem crescer.

⁴³ Penso que a doutrina secreta exprime uma concepção análoga ao que modernamente chamaríamos de “sense-datum”, mas não tenho condições de defender isso aqui.

⁴⁴ Ver McDowell, 1973, 131-137.

⁴⁵ Ver Eck, 2009, p. 205-14,

⁴⁶ Cf. Bostock, 1988, p. 58-61.

⁴⁷ Cf. McDowell, p. 136-7. Para McDowell é possível que Platão não esteja bem esclarecido sobre esses predicados. Contra: Day, J. M., ‘The Theory of Perception in Plato’s *Theaetetus* 152-183’, *OSAP* 15, 1997, 51-80, aqui 55-6; Eck, 2009, p. 211-14.

Referindo-se à comparação entre sua estatura atual e a de *Teeteto* no futuro, Sócrates diz: “pois sou depois o que não era antes, sem ter me transformado.” (155c1-2: εἰμὶ γὰρ δὴ ὕστερον ὃ πρότερον οὐκ ἦ, οὐ γενόμενος). A questão que interessa para o protagoreanismo é essa: como um item *x* pode ter os aspectos *g* e *h* se um é o contrário do outro e não houve nenhuma mudança? O problema, hoje, é um pseudo-problema. Para nós a mudança relacional é apenas um tipo de mudança. Asseveramos que Sócrates não sofreu alteração genuína em seu ser, mas sofreu um tipo de mudança sob o aspecto da comparação com Teeteto em *t*₁ (jovem) e *t*₂ (maduro). Notemos que o trecho que colocamos acima (155c1-2) menciona essa solução, sem adotá-la. Por que, então, Sócrates se dedica a esses problemas? A questão, mais uma vez, é a estrita observância do método dialético no exame: Platão não adota a defesa da perspectiva correta de análise. Ele explora o contraste entre esse tipo de mudança e a mudança real como forma de enfatizar que o protagoreanismo tem um modo de resolver isso: a ênfase no fluxo ubíquo. Para a doutrina secreta há fluxo em Sócrates quando comparado a Teeteto (maior em *t*₁ e menor em *t*₂) e quando comparado a si mesmo (maior, menor) e isso também vale para Teeteto em comparação com Sócrates. A doutrina secreta ignora, portanto, a distinção entre mudança real e mudança de Cambridge, pois ela nega a existência de propriedades específicas que alguém possa atribuir tanto a Sócrates quanto a Teeteto. Não é possível afirmar que a doutrina nega qualquer forma de mudança intrínseca, mas claramente ela privilegia uma única forma de mudança, no âmbito da percepção: a mudança de Cambridge.

Os problemas discutidos nessa seção exploram a perspectiva relativista já adotada no primeiro estágio da doutrina. Nesse sentido, concordo com a análise de Crombie sobre os paradoxos de 154a-155e: são um aperitivo.⁴⁸ O objetivo de Platão é dar ênfase a mais um nível de explicação que será introduzido com a tese dos mobilistas “sofisticados”. Quando Teeteto revela não estar entendendo, Sócrates pergunta: “Mas já compreendes a razão que será dada a tais coisas [os dados, Sócrates maior e Sócrates menor, etc.] a partir da proposição que atribuímos a Protágoras? Ou não?”.⁴⁹ Teeteto

⁴⁸ Cf. Crombie, I. M., *An Examination of Plato's Doctrines*, vol. II, London, 1963, p. 6.

⁴⁹ 155d5-7.

diz que não percebeu a relação. Sócrates propõe uma nova exposição: o fluxo é descrito agora sob a perspectiva de um de um grupo de heracliteanos sofisticados (κομψότεροι), distintos de uma classe de heracliteanos chamados “não-iniciados”, os quais nutrem o hábito de admitir como real apenas o que podem segurar com as mãos. Eles não admitem fenômenos como mudança, geração e devir.⁵⁰

A doutrina dos κομψότεροι (sofisticados, refinados) seguramente é o texto mais detalhista e complexo do *Teeteto*. É uma descrição da percepção enquanto evento que ocorre na dinâmica entre movimentos “rápidos” e movimentos “lentos”. No campo exterior a esse processo, as qualidades dos objetos são tidas como inexistentes. Em um primeiro momento, Sócrates retoma o princípio geral da teoria: “o todo é movimento é nada além disso” (156a5).⁵¹ Em seguida, Sócrates classifica o movimento (κίνησις) sob a forma de duas “potências”: um movimento *passivo* e outro *ativo* (156a6-7: δύναμιν...τὸ μὲν ποιεῖν ἔχον, τὸ δὲ πάσχειν). Vou assumir, a partir desse ponto da análise, que o conceito de (κίνησις) significa “processo”. O fluxo descrito aqui é um processo dividido em subclasses: *lento* e *rápido*. Esses movimentos geram o que nomeamos “sensação” (αἴσθησις) e “sensível” (αἰσθητόν). Os sensíveis são as cores, sons, etc., engendrados “ao mesmo tempo” (156b) que as sensações (visões, audições, olores, frio e quente, prazeres, dores, desejos, temor, etc.). Quando focalizamos o processo do ponto de vista do sujeito (órgão sensível), dizemos que o processo de conjugação do movimento ativo com o passivo gera a “brancura” vista pelo olho. Quando descrevemos o processo do ponto de vista do objeto, dizemos que a conjugação do movimento ativo com o passivo gera um “sensível”, isto é, um objeto percebido como “branco”.

Na sequência, em 156c8-e8, Sócrates oferece uma explicação mais específica. À observação de que há duas formas de movimento, o *passivo* e o *ativo*, Sócrates acrescenta agora que há um *movimento lento* e um *movimento rápido*. Essa descrição está em 156c7-156e8. Vamos nos deter em dois momentos desse trecho.

⁵⁰ Cf. 155e-156a.

⁵¹ [τὸ πᾶν κίνησις ἦν καὶ ἄλλο παρὰ τοῦτο οὐδέν.] Para Campbell o imperfeito, aqui (ἦν), indica “what a thing proves to be when a inquiry is finished , that it *was* before the inquiry began”, (1883, p. 57).

(T4: 156c7-156d3) O que se quer significar é que tudo, como dissemos, está em processo de movimento, e há movimento rápido ou lento. Quando o movimento é lento ele mantém sua ação no mesmo lugar e em direção aos objetos próximos, sendo assim que ele gera. Mas os produtos gerados são rápidos porque se deslocam e no deslocamento se define, naturalmente, seu movimento.⁵²

(T5: 156d3-156e8) “Quando o olho e outra coisa, que mantém com ele comensurabilidade, se aproximam, geram a brancura e a correspondente sensação que mantém com esta um vínculo natural – o que não poderia jamais ocorrer se entrassem em contato com algo diferente –, então a visão, que procede dos olhos, e a brancura, que provém do objeto que se une [ao olho] para dar nascimento à cor, ambos em movimento intermediário permitem que o olho venha a ser cheio de visão, consiga ver e se torne não a visão propriamente dita, mas um olho que vê. Quanto ao objeto que se uniu ao olho para dar nascimento à cor, torna-se preenchido de branco e vem a ser, não a brancura, mas branco, seja uma madeira, uma pedra ou qualquer outra coisa que possa ter esse tipo de coloração. Esse mesmo processo ocorre com todos os demais casos.”⁵³

Em (T4) a noção de “movimento rápido” refere-se à visão propriamente dita do branco, ao passo que a frase “mantém sua ação no mesmo lugar e em direção aos objetos próximos” descreve o processo de movimento em dois polos: órgão sensível e objeto. Segundo Campbell os movimentos lentos são os ποιούντα e πάσχοντα (agentes e pacientes), os quais, quando em contato, produzem (sem mudança local) os αἰσθητά e as αἰσθήσεις (sensíveis e sensações), que são os “movimentos rápidos”. Para Crombie os percipientes e coisas que eles percebem são processos lentos, mas quando há aproximação entre um sujeito e um objeto, dois processos rápidos ocorrem. Já para Cornford os movimentos *passivo* e *ativo* aqui significam: (1) objetos físicos, enquanto agentes, possuindo a potência de agir sobre, ou afetar nossos sentidos; (2) órgãos-

⁵²[Βούλεται γὰρ δὴ λέγειν ὡς ταῦτα παντα μὲν ὥσπερ λέγομεν κινεῖται, τάχος δὲ καὶ βραδυτῆς ἐν τῇ κινήσει αὐτῶν. ὅσον μὲν οὖν βραδύ, ἐν τῷ αὐτῷ καὶ πρὸς τὰ πλησιάζοντα τὴν κίνησιν ἴσχει καὶ οὕτω δὴ γεννᾷ, τὰ δὲ γεννώμενα οὕτω δὴ θάπτω ἐστίν· φέρεται γὰρ καὶ ἐν φορᾷ αὐτῶν ἡ κίνησις πέφυκεν.] Na tradução sigo McDowell (1973, p. 110) e omito o segundo “οὕτω δὴ” em 156d1-2. W. F. Hicken o mantém e propõe uma lacuna entre “τὰ δὲ γεννώμενα” e este segundo οὕτω δὴ (Duke *et al.*, 1995).

⁵³[ἐπειδὴ οὖν ὅμμα καὶ ἄλλο τι τῶν τουτῶν συμμέτρων πλησιάσαν γεννήσῃ τὴν λευκότητά τε καὶ αἴσθησιν αὐτῇ σύνφυτον, ἃ οὐκ ἂν ποτε ἐγένετο ἐκατέρου ἐκείνων πρὸς ἄλλο ἐλθόντος, τότε δὴ μεταξύ φερομένων τῆς μὲν ὀψεως πρὸς τῶν ὀφθαλμῶν, τῆς δὲ λευκότητος πρὸς τοῦ συναποτίκτοντος τὸ χρῶμα, ὁ μὲν ὀφθαλμὸς ἄρα ὀψεως ἐμπλεως ἐγένετο καὶ ὁρᾷ δὴ τότε καὶ ἐγένετο οὐ τι ὅψις ἀλλ’ ὀφθαλμὸς ὁρῶν, τὸ δὲ συγγενήσαν τὸ χρῶμα λευκότητος περιεπλήσθη καὶ ἐγένετο οὐ λευκότης αὐτὴ ἀλλὰ λευκόν, εἴτε ξύλον εἴτε λίθος εἴτε ὅτιοῦν συνέβη χρῆμα χρωσθῆναι τῷ τοιούτῳ χρώματι. Καὶ τὰλλα δὴ οὕτω...]

sensíveis, enquanto passivos, com a capacidade de serem afetados de um modo peculiar à sensação ou percepção.⁵⁴

Como se pode concluir pela interpretação majoritária, o argumento dos κομψότεροι sustenta que *no objeto e no sujeito* encontramos, respectivamente, um movimento lento e ativo e um movimento lento e passivo. O movimento lento-passivo ocorre no mesmo local porque o olho, embora não sofra mudança substancial (permanece sempre um olho) sofre uma mudança qualitativa: torna-se um olho que vê algo. Sócrates diz em (T5) que o olho se enche de visão e passa a ver, mas não gera o conceito de visão, a qualidade de ver algo. O olho se torna apenas um olho que vê. O processo em torno ao objeto é também um processo lento, mas agora ativo. Seguindo o mesmo parâmetro da descrição do movimento no olho, o objeto é considerado um parceiro na composição da visão da cor, mas essa relação não gera o conceito de branco. O produto gerado é uma instância de branco constatada em objetos como madeira, pedra, entre outros.

Segundo esses textos o movimento rápido (φορά) é o movimento que vai do objeto ao sujeito e produz, na condição intermediária entre os dois, a brancura e, conseqüentemente, a visão da brancura. Trata-se de um movimento de translação (cf. 156d1-3). Penso que o aspecto crucial é a tese de que este movimento não produz a “brancura”, pois esta é uma qualidade que, para existir, precisa da estabilidade dada por uma definição. O movimento rápido se limita a produzir o *branco* num determinado objeto cujo movimento lento atua sobre o órgão sensível.⁵⁵

Na sequência (157a-c) Sócrates trata de algumas conseqüências da teoria. Duas afirmações são relevantes. Primeiro, Sócrates diz que não devemos tomar os elementos

⁵⁴ Campbell, 1883, p. 59; Burnyeat, 1990, p. 16-17; Cornford, 2003, p. 46; Crombie, 1963, p. 7.

⁵⁵ Guthrie (*A History of Greek Philosophy*, vol. V, Cambridge, CUP 1979, p. 77) nota uma inconsistência entre a primeira explicação do movimento (ativo e passivo) e a segunda exposição, onde Sócrates introduz o movimento rápido. Os movimentos ativos e passivos, respectivamente, objeto e sujeito, devem estar numa espécie de contato, onde uma linguagem sexual diz que os produtos são gerados por fricção. Mas na segunda exposição, os movimentos lentos (percept and percipient) precisam unicamente aproximar-se (πλησιάζειν). Segundo Guthrie essa metáfora é bem diferente da outra, pois subsiste um espaço entre eles, o espaço onde Sócrates diz que operam os movimentos rápidos. Essa discrepância pode ser inócua se evitarmos a leitura física de μεταξύ em (T5), conforme nossa interpretação de (T2) e (T3) acima.

ativo e *passivo* como unidades fixas e independentes. O mesmo órgão que num momento se comporta como ativo, em outro momento pode ser passivo. Campbell, seguido por Cornford, dá um exemplo: o olho que “vê” pode também ser um olho “visto”. A segunda observação importante é a tese de que termos como “εἶναι” (ser), “τι” (algo), “του” (de alguém), “ἐμου” (a mim), “τόδε” (isto) e “ἐκεῖνο” (aquilo) devem ser eliminados da descrição dos objetos da sensação. Devemos usar expressões que indiquem que as coisas devêm, formam-se, destroem-se ou alteram-se (157b). Essa qualificação é uma clara afirmação de que as coisas não “persist through time”, como afirma McDowell.⁵⁶ De acordo com McDowell isso implica a negação da *referência* no mundo, pois palavras como “isto” ou “aquilo” sempre “pegam” (pick-up) entidades com alguma estabilidade.⁵⁷ McDowell compara a exclusão do verbo “ser” à impossibilidade de se referir a “algo” na percepção. O que sobra, no entanto, para a percepção, nota McDowell, não é claro. Sem nada que siga os critérios de um “isto”, “algo” ou “aquilo”, não há absolutamente nenhuma coisa individual e nós não podemos descrever objetivamente nada que esteja *acontecendo* na percepção. Essa análise está correta, mas é bom lembrar que se trata do ponto que o autor do *Teeteto* adotará na crítica à teoria, a partir de 160e. Durante a exposição positiva da teoria, todas as propriedades da doutrina se organizam para eliminar, como já dissemos, formas de duração que norteiam o uso de termos como ser e qualidade. A proibição de uso de pronomes complementa a teoria.⁵⁸

⁵⁶ Cf. McDowell, 1973, 141.

⁵⁷ Cf. *Crátilo* 439d8-11, *Timeu* 49d4-e4

⁵⁸ Na sequência Sócrates diz que a linguagem do *dever* deve ser usada para descrevermos tanto objetos particulares quanto os “agregados” de muitas unidades, conjuntos que designamos pelos nomes de ‘homem’, ‘pedra’, ‘animal’ ou ‘espécie’ (157b8-c2). Proponho uma descrição sumária de algumas interpretações desse problema, ainda sem solução no *Teeteto*. Campbell (1883, p. 62) entende que o modo como o ponto de vista protagoreano refere-se a nomes comuns tais como ‘homem’, ‘pedra’, ‘animal’, etc., não tem conexão com a forma platônica ἐν ἐπὶ πολλῶν (um-sobre-muitos). Segundo Campbell esses agregados (ἄθροισμα) são descrições convencionais. Algumas questões: os agregados são classes de indivíduos, num plano mais geral, ou agregados de atributos de um indivíduo, num plano particular? Campbell opta pela primeira opção. Cornford (2003, p. 48) sugere que talvez devamos entender a expressão como um conjunto de qualidades sensíveis (branco, duro, etc.) que emergem da sensação e que nos levam a nomear certos objetos que vemos. Jane Day (1997, p. 60-61) assume, com mais ênfase, esta linha de Cornford, entendendo que os agregados referem-se a objetos ordinários, cuja percepção nasce das sensações dos objetos. Pela linha protagoreana, que é o tema da passagem,

Na seção final da doutrina secreta Sócrates explora alguns exemplos de percepções no contexto da não-identidade do percipiente (157e-160d). Segundo Sócrates há um ponto de vista popular que constata a falsidade de certas sensações que temos nos sonhos, nas ilusões, nas doenças, etc. Essa posição poderia contrastar com o ponto de vista protagoreano, o qual defende que as coisas são o caso conforme a percepção individual. Para afastar essa objeção Sócrates desenvolve a linha protagoreana do seguinte modo. Por meio da distinção “passivo-ativo” estabelecemos que os agentes e pacientes (ποιοῦντα εἰ πάσχοντα, cf. 156a) são infinitos em número. A relação entre ambos gera, conforme exposto anteriormente, produtos diferenciados. Aplicando essa distinção a Sócrates doente e Sócrates com saúde temos que, em cada caso, serão diferentes os produtos gerados. O contraste entre Sócrates “com saúde” e Sócrates “doente” visa estabelecer que, diante do mesmo vinho, Sócrates não mantém uma identidade qualitativa na sensação. O argumento de todo o trecho⁵⁹ mostra que há uma co-presença de dois elementos que interagem e que correspondem a Sócrates e ao vinho. Do lado de Sócrates temos a língua, que figura aqui no seu papel passivo. Do lado do vinho temos a doçura/azedume (cf. a exposição da sensação do vinho em 159c-e) que “giram em torno ao vinho” e exercem o papel de elemento ativo. O contato entre a língua e o vinho representa aquele movimento ativo descrito anteriormente. Esse movimento provoca em Sócrates, quando “são”, uma sensação agradável e cria no vinho um aspecto chamado “doçura”. Por outro lado, diante de um “paciente” diferenciado, a saber: a língua “doente” de Sócrates, o produto gerado pelo movimento ativo é outro. No caso, é a sensação de “azedume” do vinho. Campbell⁶⁰ observa que essa descrição atém-se ao ato de beber o vinho como “movimento ativo”, e não ao vinho em si mesmo. Isto significa que Sócrates mantém o escopo geral da teoria. O vinho não produz nem comporta qualidades, nem pode ser considerado, em si, “movimento ativo”. O

tratar-se-iam de sensações individuais e qualidades percebidas que engendram a percepção de algo a que damos o nome de homem, pedra, animal, etc. Recomendo as análises de Bostock (1988) e Brown, L. ‘Understanding The *Theaetetus*’, *OSAP* 11, 1993, p. 199-224.

⁵⁹ Cf. 159b1-2 [Λέγωμεν δὴ ἐμέ τε καὶ σὲ καὶ τὰλλ’ ἤδη κατὰ τὸν αὐτὸν λόγον.] Ver também Campbell, 1883, p. 69.

⁶⁰ Campbell, 1883, p. 70.

movimento ativo ocorre no “contato da língua com o vinho”. Esse processo desencadeia sensações que geram, de acordo com o estado do paciente, produtos diferenciados, isto é, azedume ou doçura. Sócrates observa que as questões sobre a existência da doçura do vinho, ou sobre a identidade de Sócrates, devem ser revistas e assimiladas a partir da teoria e, retomando o paralelo com o dito protagoreano, enfatiza que os objetos da percepção podem ser predicados da perspectiva de certa noção de existência, desde que essa predicação se construa no limite da condição intermediária entre objeto e órgão sensível. É sobretudo crucial que tal predicação retrate de forma específica a relação (agente e paciente) que se dá entre o sujeito e o objeto. Uma defesa lapidar dessa tese está no texto a seguir:

(T6: 160b8-c3) Só nos resta, portanto, uma ligação mútua, de modo que se alguém disser de um item que ele é ou que vem a ser, deve-se dizer que é ou que vem a ser para alguém, de algo ou relativamente a alguma coisa. Mas não devemos dizer, de um item, que em si ou a partir de si é ou vem a ser algo e nem permitir que outro o diga, pois é isso que a doutrina que delineamos recomenda.”⁶¹

Observemos que nessa passagem são citadas duas formas de se referir a algo de modo absoluto: o ser em si e o vir-a-ser em si. A interpretação dada pela doutrina secreta ao dito protagoreano recomenda que essas duas formas sejam modificadas para que se use “ser” e “vir-a-ser” sempre segundo uma relação (πρός τι) específica estabelecida com determinado item ou fato.

Na conclusão da exposição Sócrates diz que a sensação é sempre verdadeira para mim, pois *sempre faz parte do meu ser*.” (τῆς ἐμῆς οὐσίας ἀεί ἐστιν). Deste modo, já que ficou demonstrado que todas as minhas sensações são verdadeiras *para mim*, Protágoras está justificado.⁶² O homem é, de fato, medida de todas as coisas.

⁶¹ [(...) ἀλλήλοις δὴ λείπεται συνδεδέσθαι. ὥστε εἴτε τις εἶναι τι ὀνομάζει, τινὲ εἶναι ἢ τινὸς ἢ πρὸς τι ῥητέον αὐτῷ, εἴτε γίνεσθαι· αὐτὸ δὲ ἐφ’ αὐτοῦ τι ἢ ὃν ἢ γιγνόμενον οὔτε αὐτῷ λεκτέον οὔτ’ ἄλλου λέγοντος ἀποδεκτέον, ὡς ὁ λόγος ὃν διεληλύθαμεν σημαίνει.]

⁶² Cf. Day, 1997, p. 62

– IV –

A teoria parece eliminar a noção de “objetos discretos” da percepção. Ela não considera relevante adotar a perspectiva de que a sensação tem uma causa num item que subsiste em si mesmo, no mundo objetivo. Esses objetos discretos do nosso mundo não parecem desempenhar uma causalidade no universo protagoreano. Eles não são *responsáveis* pela sensação, tal como, numa teoria causal da percepção, poderíamos argumentar.⁶³ Mas então o status de uma matéria sem propriedades fixas, no protagoreanismo, se torna um problema e não há nada em todo o curso da doutrina secreta que ofereça uma solução. A única informação segura que o *Teeteto* permite afirmar é a proposta de que os objetos “*são movimento*”, tese que interpreto sob a forma de um processo de fluxo ubíquo na percepção.

A consequência para Protágoras é uma angustiante neutralidade acerca da natureza real dos objetos em si. Protágoras não se pronuncia sobre isso. Ele prefere pôr ênfase na perspectiva dinâmica das propriedades percebidas no processo sensível. Alguém pode pensar que Platão está propondo para Protágoras uma tese sobre a *privacidade subjetiva* do conhecimento⁶⁴, admitindo que esse processo de apreensão da cor se dá exclusivamente no âmbito mental. De fato, em 156ss Sócrates menciona fenômenos associados a alucinações, o que pode insinuar uma concepção de percepção nessa linha. Mas me parece claro que, nesse caso, Protágoras não conseguirá obter a incorrigibilidade. Penso que o tipo de incorrigibilidade que Platão está argumentando para Protágoras não se explica pela noção de algo privativo que se constitui na mente do sujeito como um tipo de consciência unificadora de todas as experiências sensíveis. O protagoreanismo não é uma epistemologia baseada na tese de que a única fonte de

⁶³ Cf. GRICE, H. P. & WHITE, A. R., ‘The Causal Theory of Perception’, *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supp. Vol. 35 (1961), p. 121-168.

⁶⁴ Berkeley, que defendeu a tese de que o *esse* dos sensíveis é *percipi*, pensava que a doutrina secreta poderia ser interpretada nessa perspectiva, mas sua leitura não é correta. Ele errou ao tomar os produtos da sensação, em 152c-157c, como exclusivamente mentais, ignorando que a ênfase do texto está numa produção dual: as propriedades sensíveis emergem de uma relação entre o movimento dos órgãos e o movimento dos objetos, portanto, um parte do processo não é mental, cf. Burnyeat, 1982.

cognição é a consciência individual, pois uma epistemologia subjetivista nesse sentido é *compatível* com a estabilidade dos objetos. Trata-se, de fato, de um aspecto de nossa vida comum, independentemente de aceitarmos a epistemologia protagoreana ou a platônica.

O fato de Platão não desenvolver para Protágoras um conceito claro do que seja um objeto real já indica uma postura crítica diante do protagoreanismo. A incorrigibilidade, constituída por meio do fluxo, é uma tese sobre a absoluta ausência de estruturas fixas no campo que se opõe à aparência. É um conceito de incorrigibilidade total e irrestrita, derivado da adoção de uma premissa fundamental: “nada é algo uno em si mesmo” (μηδέν αὐτὸ καθ’ αὐτὸ ἓν). Segundo a doutrina não há distinção semântica entre essa premissa e o princípio “o universo é movimento e nada mais” (τὸ πᾶν κίνησις ἦν καὶ ἄλλο παρὰ τοῦτο οὐδέν, 156a4). Será, obviamente, fácil para Platão retomar o texto depois e, a partir desse ponto, reconstituir a unidade e a estabilidade que todo objeto revela ter na experiência ordinária.

De outro lado, como nota McDowell, na doutrina secreta o conceito de mente não teve nenhum *papel ativo*. Se aceitarmos qualquer agência da alma, na linha do que é argumentado em 184b8-d6, precisamos admitir alguma coisa estável, pois “mente ou alma” significa, no *Teeteto*, “pensar sobre” ou “obter algo por meio de” (ver 184-6). A alma surge no argumento do *Teeteto* quando Platão começa a elaborar um conceito de percepção anti-protagoreano. Em 184-6 Platão mostra que a *sensação*, em si, é um jogo cego de fluxos. Para que ela seja, efetivamente, um *processo* de percepção, ela precisa admitir um agenciamento externo ao fluxo. Esse agenciamento será atribuído, notadamente, à alma. Se Protágoras admitir que a alma tem algum papel na sensação, ele terá que admitir o conceito de algo que “penetra” na alma. Trata-se do conceito de um *objeto externo* que “causa” a percepção por meio dos órgãos. Os movimentos dos órgãos adentram a alma e atingem a consciência do sujeito. Mas se algo causa minha percepção, sou obrigado a admitir que existe uma entidade que possui “persistência” no campo exterior à percepção. É bastante claro que Protágoras não pode admitir isso sem admitir também o acolhimento, em sua epistemologia, do aspecto estável que o verbo *ser* descreve e das entidades fixas que as palavras costumam exprimir.

Para concluir, retomo o papel do fluxo em 151-160. A análise que Platão faz da epistemologia protagoreana mostra que há uma plausibilidade na tese de que percepção é conhecimento se conseguirmos dar coerência à doutrina do fluxo. Mas é necessário garantir duas condições: (i) a “verdade” precisa ser definida como a consciência perceptiva da pessoa numa dada situação; (ii) os itens externos à percepção precisam ser definidos como “movimento”. Essa estratégia envolve uma modificação na compreensão natural do verbo ser, como mostra Frede:

“It seems to me that in the context of the discussion in the *Theaetetus* ‘to become’ might mean something like this: ‘to temporarily take on, or display, or be made to display the outward character or marks of an F, to come to give or to give the appearance of an F’. In this way the contrast between being and becoming would be the contrast between what is a real F and what just takes on or displays the superficial marks of an F, without being one.”⁶⁵

Para exprimir a linguagem da epistemologia protagoreana não devemos dizer “há um F que é de tal e tal tipo” ou “algo é F” ou “nós somos F”. Devemos dizer que “há um F que é de tal e tal tipo para mim”. Com essa doutrina, a infalibilidade torna-se produto de uma relação (pros ti). A ideia de que “há um F” que apenas exhibe temporariamente o caráter de F é inusitada e anti-platônica. Frede defende que não é uma menção à tese de que instâncias de universais podem ser F e não-F. O argumento de 151-160 não segue essa linha, já discutida no *Fédon* e na *República*. O argumento da doutrina secreta segue uma linha diferente. A epistemologia protagoreana, lida por meio do fluxo, tem as características de uma epistemologia consequente. O que o autor do *Teeteto* está propondo, nesse esforço de criar para Protágoras um argumento consistente, é, em síntese, a tese de que qualquer teoria que faça da percepção subjetiva a única faculdade de cognição disponível ao homem precisa admitir uma incorrigibilidade. Como o protagoreanismo não consegue sustentar, nos limites de seus recursos, essa propriedade, sua função na teoria é distinta da função que prova a necessidade dessa propriedade. De outro lado, o papel do protagoreanismo não é pequeno. Ele fornece à teoria um ponto de partida: trata-se de eliminar uma perspectiva objetiva e estável para adotar uma perspectiva relativista individual.

⁶⁵ Frede, M. ‘Being and Becoming in Plato’, *OSAP* 6 (*Suppl.*), 1988, 37-52, aqui p. 43.

Desse modo, penso que qualquer análise de 151-160 que deixe de mostrar que o fluxo é a premissa básica tende a desenvolver para ele uma posição ociosa, o que, em minha avaliação, compromete a relação lógica entre (T), (P) e (H).

Anderson de Paula Borges

Universidade Federal de Goiás

Referências Bibliográficas

BOSTOCK, D., *Plato: Theaetetus*. Oxford, OUP, 1988.

BROWN, L. 'Understanding The *Theaetetus*', *OSAP* 11, 1993.

BURNYEAT, MYLES, 'Idealism and Greek Philosophy: What Descartes Saw and Berkeley Missed', *Philosophical Review* 91/1, 1982, p. 3-40.

_____. *The Theaetetus of Plato*, Cambridge-Indianapolis, Hackett, 1990.

CAMPBELL, L., *The Theaetetus of Plato: with a Revised Text and English Notes*, 1980 [1883].

CHAPPELL, T., *Reading Plato's Theaetetus*, Indianapolis-Cambridge, Hackett, 2005.

COLVIN, M., 'Heraclitean Flux and Unity of Opposites in Plato's *Theaetetus* and *Cratylus*', *The Classical Quarterly*, 57, 2007, pp. 759-769.

CORNFORD, F. M., *Plato's Theory of Knowledge*, Mineola-NY, Dover, 2003 [1957].

CROMBIE, I. M., *An Examination of Plato's Doctrines*, vol. II, London, 1963.

DAY, J. M., 'The Theory of Perception in Plato's *Theaetetus* 152-183', *OSAP* 15, 1997, 51-80

DANCY, R. M., *Theaetetus' First Baby: Theaetetus 151e-160e*, *Philosophical Topics*, vol. 15, 1987, 61-108.

DENYER, N., *Language, thought and Falsehood in Ancient Greek Philosophy*. London-NY, Routledge, 1991.

DIES, A., *Théétète (Oeuvres Complètes Tome VII)*. Paris, Les Belles Lettres, 1924.

- ECK, J. A. VAN, 'Moving Like a Stream: Protagoras' Heracliteanism in Plato's *Theaetetus*', *OSAP* 36, 2009.
- FINE, G., *Plato on Knowledge and Forms*, Oxford, OUP, 2003.
- FREDE, M. 'Being and Becoming in Plato', *OSAP* 6 (*Suppl.*), 1988, p. 37-52.
- GERSON, L. P., *Knowing Persons: a study in Plato*. Oxford & New York, OUP, 2003.
- GRICE, H. P & ALAN WHITE, R., 'The Causal Theory of Perception', *Proceedings of the Aristotelian Society*, Supp. Vol. 35 (1961), pp. 121-168.
- GUTHRIE, W. K. C., *A History of Greek Philosophy*, vol. V, Cambridge U. Press, 1979.
- KIRK, RAVEN, AND SCHOFIELD, *The Pre-Socratic Philosophers*, Cambridge, CUP 2007 [1957].
- LEE, MI-KYOUNG, 'The Secret Doctrine: Plato's Defence of Protagoras in The *Theaetetus*'. *Oxford Studies in Ancient Philosophy*, vol. 19, 2000, pp. 47-86.
- _____, *Epistemology After Protagoras: Responses to Relativism in Plato, Aristotle, and Democritus*. Oxford, OUP, 2005.
- LONG, A. A. (org.), *Primórdios da Filosofia Grega*. Aparecida, Ideias & Letras, 2008.
- MCDOWELL, J. *Plato: Theaetetus*, Oxford, OUP, 1973.
- NAKHNIKIAN, G., 'Plato's Theory of Sensation', II, *Review of Metaphysics* 9, 1955-6, p. 306-27.
- NARCY, M., *Théétète*, Paris, Flammarion, 1994.
- SAYRE, KENNETH, *Plato's Analytic Method*, Chicago-London, UCP, 1969.
- _____, *Plato's Late Ontology: A Riddle Resolved*, Parmenides Publishing, 2005.
- SEDLEY, D., *The Midwife of Platonism*, Oxford, OUP, 2004.
- VLASTOS, G., 'On Heraclitus', *The American Journal of Philology*, vol 76, 1955, p. 337-368.
- WATERFIELD, ROBIN A. H., *Plato: Theaetetus*, London, Penguin Books, 2004 [1987].
- WHITE, F. C., 'ὥς ἐπιστήμη οὖσα - A Passage of Some Elegance in the *Theaetetus*', *Phronesis* 17, 1972, 219-226.